



UNIFEOB
Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA
EMPRESA COMERCIAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
JUNHO, 2021

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

**PROPOSTA DE UM PLANO DE CONTAS PARA UMA
EMPRESA COMERCIAL**

Módulo de Contabilidade Aplicada

Contabilidade Avançada

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis

Teoria da Contabilidade

Práticas de Sistemas Contábeis

Contabilidade Comercial

Estudantes:

Lais Fernanda Cerri, RA 17001808

Marina F. C. Bertolucci, RA 17001521

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	4
2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	4
2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	10
2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE	15
2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	18
2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL	41
3. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

Neste presente trabalho, temos como objetivo principal a elaboração de um Plano de Contas de uma Empresa Comercial, pois é através desse objeto que gestores conseguem obter com maior clareza as movimentações financeiras da instituição, o que impacta na hora das tomadas de decisões e no andamento de diversos relatórios e documentos Contábeis. O Plano de Contas Contábil, é uma forma de identificar as contas da empresa através de códigos e classificações para todos os registros de entradas e saídas. Essas classificações são essenciais para que os responsáveis pela contabilidade sejam capazes de fazer os relatórios financeiros obrigatórios, como o Balanço Patrimonial e o DRE. Por ser um requisito contábil, ele precisa ser elaborado de acordo com os princípios da Contabilidade e irá dar um norte aos trabalhos de registro de fatos e atos inerentes à entidade.

Em resumo, podemos dizer, que o Plano de Contas Contábil é a classificação e categorização das informações que serão utilizadas nos documentos obrigatórios e seu principal objetivo é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização. Utilizaremos a empresa **Cia. Hering** registrada no CNPJ 78.876.950/0001-71 e que possui como atividade principal a confecção e revenda de artigos do vestuário e acessórios, como base para nosso trabalho.

Para elaboração do Plano de Contas da **Cia. Hering**, nos basearemos na coleta de fatos que são registrados diariamente pela entidade. Após a separação das informações criaremos a segmentação dos quatro grandes grupos: ativos, passivos, receitas e despesas.

Na correta elaboração do Plano de Contas é preciso que a definição das contas esteja em concordância com os princípios fundamentais da contabilidade (entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência) e siga os padrões determinados pela Lei n.º 6.404/76, conhecida como Lei das S/A, e também pela Lei n.º 11.638. Após a Análise das Demonstrações Contábeis será estruturado e adequado o Plano de Contas com base na legislação vigente.

2. PROJETO INTEGRADO

2.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Equivalência Patrimonial

De acordo com o site Portal de Contabilidade.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, será determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social, sobre o patrimônio líquido de cada sociedade coligada ou controlada.

OBRIGATORIEDADE DA AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PELO VALOR DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Estão obrigadas a proceder à avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido as sociedades anônimas ou não que tenham participações societárias relevantes em:

- a) sociedades controladas;
- b) sociedades coligadas sobre cuja administração a sociedade investidora tenha influência;
- c) sociedades coligadas de que a sociedade investidora participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social.

De acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 243 da [Lei 6.404/1976](#) (Lei das S/A), consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% ou mais, do capital da outra, sem controlá-la e controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

REGRAS A PARTIR DE 01.01.2008

Por força da [Lei 11.638/2007](#), a partir de 01.01.2008, a obrigatoriedade de avaliar pelo método da equivalência patrimonial atinge os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

CONCEITO DE INVESTIMENTO RELEVANTE

O investimento em sociedades coligadas e controladas é considerado relevante quando:

- a) o valor contábil do investimento em cada sociedade coligada ou controlada for igual ou superior a 10% (dez por cento), do patrimônio líquido da sociedade investidora;
- b) o valor contábil no conjunto do investimento em sociedades coligadas ou controladas for igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da sociedade investidora ou controladora.

INFLUÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO

O termo "sobre cuja administração tenha influência" pode ser entendido da seguinte forma:

- a) a empresa investidora tem só 15% do capital, mas é ela quem fornece a tecnologia de produção e designa o diretor industrial ou o responsável pela área de produção;
- b) a investidora tem só 15% de participação, mas é a responsável pela administração e finanças, sendo a área de produção de responsabilidade dos outros acionistas.

Observe-se, também, que as companhias abertas e instituições financeiras deverão avaliar pelo método de equivalência patrimonial os investimentos relevantes feitos no conjunto de coligadas, mesmo que a porcentagem de participação no capital da investida coligada seja inferior a 20%, e ainda que não haja influência na administração da coligada.

APURAÇÃO DO VALOR DO INVESTIMENTO

O valor do investimento será apurado mediante a aplicação da porcentagem de participação da sociedade investidora no capital social da sociedade investida, sobre o valor do patrimônio líquido desta, diminuído dos resultados não realizados.

CÁLCULO DA EQUIVALÊNCIA

O objetivo da avaliação das participações societárias pelo MEP, é que a investidora deve refletir nas suas contas de investimentos e em seus resultados quaisquer variações patrimoniais ocorridas na investida.

O valor do investimento será apurado mediante a aplicação da porcentagem de participação da sociedade investidora no capital social da sociedade investida, sobre o valor do patrimônio líquido desta, diminuído dos resultados não realizados. Assim, deverá ser efetuada a avaliação de investimentos pela equivalência patrimonial:

a) por ocasião da aquisição do investimento, momento em que o custo de aquisição deverá ser desdobrado em:

a.1) valor da equivalência patrimonial; e

a.2) valor do ágio ou deságio na aquisição (diferença entre o custo de aquisição e o valor da equivalência patrimonial);

Nota:

A pessoa jurídica que absorver o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão, na qual detenha participação societária adquirida com ágio ou deságio, também deverá destacar o fundamento econômico.

b) em cada balanço de encerramento do período de apuração do lucro real, momento em que o ajuste do valor do investimento ao valor de patrimônio líquido da coligada ou controlada deverá ser registrado;

c) por ocasião da alienação do investimento. Fundamentação: arts. 385 a 387 do Decreto nº 3.000/1999 - RIR/1999 .

No método de custo são avaliados os investimentos temporários, seu registro é feito mediante o valor de aquisição, e a organização poderá decidir se eles têm natureza circulante ou não circulante.

Já no Método de Equivalência Patrimonial (MEP) há a alteração do valor contábil referente a participações societárias, podendo ser alterado para mais ou para menos.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Classificação:

- Coligadas - Investidora participa com 10% ou superior referente ao capital votante da investida;
- Controladas - Investidoras com 50% ou superior do capital votante da investida;
- Outras participações.

Crterios de avaliaão:

- Método de custo - Avalia os investimentos temporários e as formas de registro contábil;
- Método de equivalência patrimonial - Avalia as participações pelo valor equivalente à aplicação em relação ao patrimônio líquido da empresa.

Consolidação das Demonstrações Contábeis

ASPECTOS LEGAIS:

- CPC 36
- IAS 27
- RESOLUÇÃO CFC 1.240/09
- NBC T 19.36
- LEI Nº 6.404/76, ART. 249 E 250
- CVM 247/96, ART. 21 AO 41

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS:

- DRE - Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado
- BP - Balanço Patrimonial
- DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

Consolidação das demonstrações contábeis (CPC 36):

Consolidação das demonstrações contábeis consiste em unificar as demonstrações contábeis tais como:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Fluxo de caixa

- Nota explicativas e outros quadros analíticos necessários ao esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados operacionais.

Consiste em apresentar o resultado unificado das operações de todas as empresas do grupo, como se o grupo econômico fosse uma única unidade; permitindo assim uma visão ampla aos acionistas e credores da atual situação do grupo. Eliminando as operações em comum entre as empresas do grupo, que não caracterizaram-se numa operação externa do grupo, na realização efetiva da transferência de posse a terceiros.

Aspectos legais da aplicação do método da consolidação:

Essa exigência é requerida por Lei, que anteriormente eram ditadas pela instrução CVM 247/96 e na ampliação contida no artigo 249 da Lei 6.404/76 e atualmente as normas são definidas pelo pronunciamento técnico CPC 36 em aderência às normas internacionais de contabilidade.

Alcance da Consolidação de acordo o CPC 36:

A entidade que seja controladora deve apresentar demonstrações consolidadas. O Pronunciamento se aplica a todas essas entidades, com as seguintes exceções:

A controladora pode deixar de apresentar as demonstrações consolidadas somente se satisfizer todas as condições a seguir, além do permitido legalmente:

1. a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
2. seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
3. ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e

4. a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com o CPC 36;

Requisitos contábeis

- A controladora deve elaborar demonstrações consolidadas utilizando políticas contábeis uniformes para transações similares e outros eventos em circunstâncias similares.
- A consolidação da investida se inicia a partir da data em que o investidor obtiver o controle da investida e cessa quando o investidor perder o controle da investida.

Os itens abaixo estabelecem orientação para a elaboração de demonstrações consolidadas.

De acordo com o CPC 36, no item B86 exigem os seguintes procedimentos:

1. combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas;
2. compensar (eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada (o Pronunciamento Técnico CPC 15 explica como contabilizar qualquer ágio correspondente);
3. eliminar integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo (resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos, tais como estoques e ativos fixos, são eliminados integralmente). Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o

lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

Políticas contábeis uniformes: Se um membro do grupo utilizar políticas contábeis diferentes daquelas adotadas nas demonstrações consolidadas para transações similares e eventos em circunstâncias similares, devem ser feitos ajustes apropriados às demonstrações contábeis desse membro do grupo na elaboração das demonstrações consolidadas para garantir a conformidade com as políticas contábeis do grupo.

Mensuração: A entidade deve incluir as receitas e as despesas de controlada nas demonstrações consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixa de controlar a controlada. As receitas e as despesas da controlada se baseiam nos valores dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações consolidadas na data de aquisição. Por exemplo, a despesa de depreciação reconhecida na demonstração consolidada do resultado abrangente após a data de aquisição se baseia nos valores justos dos respectivos ativos depreciáveis correspondentes reconhecidos nas demonstrações consolidadas na data de aquisição.

Processo da consolidação:

Os procedimentos são de responsabilidade da empresa controladora, e que poderá ser feita de modo manual ou eletrônico com os registros das movimentações nos livros diários e razão, sem alterar os saldos das empresas de origem; ou em papéis de trabalhos adequadamente reservados para o processo da consolidação.

O processo usual é agrupar na horizontal os saldo das respectivas empresas com uma coluna das eliminações, apresentando o saldo consolidado. O software Excel é muito utilizado para o agrupamento dos dados, facilitando as eliminações em comuns entre as empresas do grupo.

2.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Crítérios de Avaliação do Ativo

O ativo se refere a uma parcela das contas patrimoniais de uma organização e contempla os bens e os direitos, sendo possuidor de valores que podem ser

transformados em espécie, ou seja, em dinheiro, viabilizando ganhos para a organização.

O ativo representa a parte positiva do patrimônio e reconhece a aplicação dos recursos da empresa. Através do ativo é possível observar as vantagens econômicas presentes e futuras para a empresa.

O ativo está representado em ordem decrescente do seu grau de liquidez, ou seja, conforme a agilidade em que as contas podem se transformar em dinheiro.

O ativo corresponde a um recurso que é monitorado pela organização, como resultado de fatos já ocorridos e que se presume que tenham por consequências futuras vantagens econômicas para a organização. Entende-se assim como recursos econômicos que são controlados e visam produzir mais recursos financeiros e econômicos para a empresa.

As empresas almejam o lucro então o ativo corresponde a aplicação desses bens e direitos que a empresa dispõe visando o lucro.

O ativo se divide em duas partes:

- Ativo Circulante:

- Contempla a disponibilidade e aquilo que será convertido em dinheiro de forma mais rápida;

- Encontram-se as contas que estão continuamente em movimento, em fluxo constante;

- É nesse grupo dos ativos que estão as contas que apresentam os bens e os direitos que a empresa possui e que são convertidos em dinheiro em um período denominado de curto prazo.

- Ativo Não-circulante

- Estão registrados os direitos que serão convertidos em dinheiro observando o período superior a 12 meses, denominado esse de longo prazo;

- Estão também alocados bens de uso operacional na empresa, como por exemplo máquinas e imóveis.

- Estão apresentados todos os bens que possuem natureza mais extensa e que tem por designação a operação empresarial, do mesmo modo dos direitos desempenhados com esse objetivo.

Direitos, Títulos de Crédito e quaisquer Valores Mobiliários.

1. Os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários serão avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor;
2. Exclui-se os já prescritos;
3. Efetua-se as provisões adequadas para ajustar o valor provável de realização;
4. O custo de aquisição poderá ser aumentado, até o valor de mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos.

Estoques

Os estoques serão avaliados pelo custo de aquisição/produção ou mercado, entre os dois o menor. Se o preço de mercado for menor do que o custo, faz-se a provisão para ajuste ao valor de mercado.

Investimentos Relevantes em Sociedades Coligadas e Controladas

Serão avaliados pelo preço de custo, corrigido monetariamente e ajustado pelo método da equivalência patrimonial, ou seja com base no patrimônio da coligada ou controlada.

Investimentos em forma de ações ou quotas que não sejam em Coligadas ou Controladas, ou mesmo os feitos em tais empresas, porém Irrelevantes.

Serão avaliados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente, deduzido de provisão para perda provável na realização de seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente.

Demais Investimentos

Serão avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido da provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, ou da provisão para redução ao valor de mercado, quando este for inferior.

Imobilizado

Os bens do imobilizado serão avaliados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, deduzido da depreciação, amortização ou exaustão acumulada e acrescido eventualmente do valor de reavaliação efetuada.

Ativo Diferido

O Ativo Diferido será avaliado pelo valor das despesas ou preço de custo, corrigido monetariamente, deduzido da amortização acumulada.

Observações:

1. em cada sociedade coligada ou controlada, se o valor contábil é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
2. no conjunto das sociedades coligadas ou controladas, se o valor contábil é igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
 - b. A depreciação somente ocorre para bens tangíveis;
 - c. A amortização incide sobre bens intangíveis, incide também sobre direitos com existência ou duração limitada;
 - d. A exaustão incide sobre os recursos minerais ou florestais;
 - e. Via de regra o Ativo Diferido será amortizado no prazo máximo de até dez anos, a partir do início da operação normal ou de exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes;
 - f. Os estoques de mercadorias fungíveis destinadas à venda poderão ser esses avaliados pelo preço de mercado;
 - g. Perda Permanente - de impossível ou improvável recuperação (empresas falidas, com projetos abandonados, por sinistros ocorridos).

Por Exemplo :

Se por algum motivo de força maior os estoques de uma empresa forem danificados sem possibilidade de aproveitamento, mas com o seguro cobrindo todo o prejuízo.

Usamos como parâmetro para mensurar, a adoção do custo corrente. Para ser reconhecido na contabilidade é preciso que o valor seja relevante e tenha uma representação fidedigna, neste caso é preciso saber com exatidão quantos itens de cada tipo de material tinha no estoque.

Quanto à compra de material para repor o estoque danificado e baixado na contabilidade usamos como base de mensuração o custo histórico, o valor que consta na nota fiscal e representa o preço de transação que o originou.

Critérios de Avaliação do Passivo

O pronunciamento técnico CPC 12 apresenta as formas de mensuração para o passivo, evidenciando o que deve ser verificado quando o passivo apresentar uma ou mais particularidades, conforme as apresentadas a seguir:

- Quando uma operação que deu origem a um passivo, um ativo, receita ou despesa ou ainda uma alteração no patrimônio líquido, onde a contrapartida seja um passivo ou um ativo. Que tenha a liquidação financeira desta forma um recebimento ou um pagamento em datas distintas do reconhecimento de tais itens;

- Quando possuírem reconhecimento periódico de alterações de valor, utilidade ou matéria de ativos ou passivos semelhantes, se aplica critério de alocação de descontos;

- Ou ainda um conjunto individual de fluxos de caixa previstos claramente vinculados a um ativo ou passivo.

Passivos considerados monetários que tiverem com juros embutidos precisam ser avaliados através do seu valor presente, considerando o seu reconhecimento original, por tratar-se este do seu valor inicial, tratado como valor justo.

Não se pode afirmar que todos os passivos monetários estejam sujeitos ao valor presente, por exemplo devido a sua essência, o adiantamento em dinheiro para fins de recebimento ou pagamento de bens e serviços, não está imposto o ajuste ao valor presente.

Os empréstimos e financiamentos custeados não estão sujeitos ao ajuste ao valor presente, isso se deve ao fato de que no Brasil por consequência de diversas naturezas, não existe mercado consolidado de dívida de longo prazo deixando a oferta do crédito ao mercado geral, geralmente restrita a um único ente governamental. Devido a este fato os empréstimos e financiamentos não estão inseridos por esse pronunciamento técnico para a prática de valor presente mediante a taxas variadas as quais empréstimos e financiamentos já estão impostos.

Não são abordadas nessa exceção as transações que são apresentadas a longo prazo, mesmo que estejam financiadas pelo governo, que possuem particularidades de benefício ou auxílio governamental abordadas pelo pronunciamento técnico CPC07.

Exigibilidades

As obrigações, encargos e riscos, inclusive o imposto de renda, serão avaliados pelo valor atualizado até a data do balanço

Obrigações em moeda estrangeira com cláusula de paridade cambial

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, serão convertidos em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

Obrigações sujeitas a correção monetária

Serão atualizadas até a data do balanço.

Resultados de Exercícios Futuros

Pelo seu valor líquido (receita menos despesas e custos a ela correspondente).

Patrimônio Líquido

Pelo seu valor, corrigido monetariamente.

MENSURAÇÃO DO PASSIVO:

- Para avaliar um passivo, é preciso realizar ajuste a valor presente;
- Com relação a outros passivos não-monetários cabe ressaltar que nem todos estão sujeitos ao efeito do ajuste a valor presente;
- A mensuração deve ser considerada para obrigações, encargos e riscos que estão evidenciados no passivo não circulante.

2.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Os Princípios Contábeis simbolizam a essência das doutrinas da Ciência Contábil, e são aplicados diretamente no objeto da ciência contábil: no Patrimônio. Segundo a legislação contábil, os princípios contábeis devem ser respeitados e visam uniformizar o exercício da profissão, a conduta do profissional contábil e a constituição ou desenvolvimento das demonstrações contábeis. Eles são considerados primordiais e buscam eliminar ou reduzir as modificações dos métodos, decorrentes de ideias distintas relacionadas à função da contabilidade. De acordo com a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 177, a contabilidade é normatizada de forma rigorosa, para que as informações sejam apresentadas de modo correto, o profissional deve seguir o que é imposto por seus princípios:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente, devendo observar

métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência (BRASIL, 1976).

As diretrizes dos Princípios Contábeis são obrigatórias no exercício da profissão contábil e consideradas legítimas perante as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Desta forma, o contador deve conhecer a fundo a importância e a aplicação destes princípios na hora de construir a escrituração de seus clientes. São Princípios de Contabilidade: o da ENTIDADE; o da CONTINUIDADE; o da OPORTUNIDADE; o do REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL; o da COMPETÊNCIA; e o da PRUDÊNCIA. E são descritos:

- Entidade — reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e garante a autonomia patrimonial;
- Continuidade — presume que a empresa continuará em operação no futuro a contabilidade é delimitada para todo o tempo em que a empresa existir, e não apenas para um período demarcado;
- Oportunidade — corresponde a mensuração dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, ou seja, toda informação incorporada à contabilidade da empresa deve ser feita de imediato ao período em que ocorreu, e na extensão e valores corretos, independentemente do fato que a originou;
- Registro pelo valor original — os itens do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda corrente nacional, independentemente do que vale no mercado atualmente;
- Competência — as receitas e as despesas precisam ser consideradas na apuração do resultado, de acordo com o período em que aconteceram, desconsiderando seu recebimento ou pagamento e
- Prudência — define a adoção do valor mais baixo para os elementos do ativo e do valor mais alto para os do passivo, sempre que se demonstrarem opções que sejam igualmente válidas para a quantificação das variações patrimoniais que modifiquem o patrimônio líquido, tem como objetivo que os ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados.

Na contabilidade, existem também Convenções cuja função é servir de restrição e delimitação às atribuições e direções dos profissionais da contabilidade. Com as convenções contábeis, os profissionais podem basear toda a experiência e o bom senso acumulados na profissão ao longo dos anos. As convenções servem também para que os profissionais possam tomar as melhores decisões durante o percurso da profissão. Padoveze (2018, p. 125) afirma que elas são “[...] tidas como restrições aos princípios contábeis”. São também consideradas normas de caráter prático que devem ser observadas, como guias, facilitando o trabalho do contador. Não são consideradas geradoras de definições de critérios contábeis”. As convenções existem, portanto, para ajudar os profissionais contábeis a definirem melhor a sua forma de atuação. As Convenções são:

→ Objetividade: estabelece que o profissional contábil deverá sempre escolher o procedimento mais adequado e mais objetivo, ao descrever um evento que impacte diretamente no patrimônio da entidade e também afirma que, sempre que um novo lançamento for realizado, o mesmo deve ser acompanhado de subsídios que ajudem a explicar tal fato;

→ Consistência: é também uma das convenções contábeis de grande importância, mostrando que os critérios adotados no registro dos atos e fatos administrativos não devem mudar frequentemente, devem ser uniformes, ou seja, o mesmo critério deve ser seguido ao longo dos anos;

→ Materialidade: está relacionada diretamente com o não desperdício de recursos, sejam eles financeiros, sejam de tempo, na realização da contabilização das atividades da entidade. Trata-se de quando houver inúmeros eventos a serem registrados, o profissional contábil deverá privilegiar os lançamentos que sejam dignos de atenção. Esses registros deverão ser realizados também no tempo oportuno, a informação contábil deve ser justa e adequada e

→ Conservadorismo: O profissional da Contabilidade deve manter uma conduta mais conservadora em relação aos resultados que serão apresentados, deve ser prudente evitando que projeções distorcidas que poderão ocasionar decisões erradas e impactar diretamente a gestão da entidade.

Afim de ilustrar uma diferença entre um Princípio Contábil de uma Convenção Contábil podemos utilizar o seguinte exemplo: uma entidade quando adquire materiais

de uso e consumo (como papéis, impressos, lápis, caneta, etc.), é registrado uma diminuição do ativo da empresa, essa diminuição poderia ser lançada nos registros contábeis à medida de sua ocorrência, porém, pela irrelevância da operação não é feito, usualmente esse tipo de despesa é apurada somente no final do período por diferença de estoques, dado os seus pequenos valores unitários.

2.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

Para se manterem na legalidade e não correrem riscos de sofrerem punições ou maiores tributações é preciso que a administração de uma empresa se comprometa com uma gestão contábil correta. O serviço de escrituração é uma atividade primordial e consiste no registro de qualquer fato contábil que ocorra nos trâmites de uma empresa em um determinado período, em relação ao seu patrimônio. A obrigatoriedade de escriturar fatos administrativos está prevista no Código Civil Brasileiro, aprovado pela lei nº 10.406/2002, ao qual diz em seu artigo 179: O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Fatos contábeis (ou fatos administrativos) são ocorrências que têm por efeito a alteração da composição do Patrimônio, seja em seu aspecto qualitativo ou quantitativo. Em geral, é necessário registrar as movimentações diárias de uma empresa, as operações no patrimônio – entrada de ativos e passivos, nos estoques – compras e vendas, as folhas salariais, escrituras, registros de dívidas e uma série de outros elementos que fazem parte do funcionamento orgânico da instituição.

O Plano de Contas é o conjunto de todas as contas contábeis existentes em uma empresa, ou seja, uma sequência de contas que serão utilizadas para relacionar os lançamentos contábeis com os grupos de despesas e receitas a que pertencem. A finalidade é proporcionar condições de agrupamento das despesas e receitas na elaboração das demonstrações contábeis e servindo como base para que a contabilidade norteie seus trabalhos de registros dos fatos a atos referentes à organização. O Plano de Contas serve para estruturação das contas que serão utilizadas na escrituração comercial de uma empresa. Ele obedece os preceitos contábeis e a Legislação fornecendo

informações necessárias para elaborar o Balanço Patrimonial - BP e o Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE, dois dos principais relatórios contábeis.

Cada empresa elabora o seu plano de contas de acordo com suas particularidades e peculiaridades, sempre de acordo com os postulados/ princípios contábeis, que estão contidos na Lei nº 6.404/1976 (lei das sociedades por ações), que teve fortes alterações pela lei nº 11.638/2007, bem como as normas Brasileiras de Contabilidade derivadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). De acordo com o estabelecido na Lei n. 6404/76 as contas podem ser divididas em dois grupos: contas patrimoniais e contas de resultado. As contas patrimoniais são utilizadas para registro de elementos representativos de bens, direitos e obrigações, como também para aquelas que compõem o Patrimônio Líquido. As contas de resultado, também conhecida por contas do exercício, destinam-se ao registro das despesas das receitas. O plano de contas poderá ser elaborado com maiores ou menores detalhamento de informações, de acordo com os interesses de cada empresa e as contas devem ser agrupadas de acordo com a estrutura relacionada na Lei nº 6.404/1976, para que se ter clareza nas informações contidas nos relatórios contábeis, são elas:

1. Ativo Circulante: Representado por contas de disponibilidades (a curto prazo), inferior há um ano calendário, como: caixa, banco, clientes a receber, impostos recuperáveis, e dentre outros;

2. Ativo não circulante: Representado por contas que ultrapassem o período de um ano, contas de longo prazo, tais como: investimentos e participações, clientes a receber, imposto recuperáveis, dentre outros. Dentro deste mesmo grupo, existem mais 2 subgrupos, que são Investimentos e Imobilizado.

3. Passivo circulante: Representado por contas a curto prazo que consta como obrigação da empresa, tais como: fornecedores, impostos a recolher, salários a pagar, aluguel a pagar, dentre outras contas a curto prazo. Essas contas também são conhecidas como capitais de terceiros.

4. Passivo não circulante: Representado por contas a longo prazo que constam como obrigações de longo prazo, tais como fornecedores, impostos a recolher, empréstimos, financiamentos, dentre outros a longo prazo.

5. Patrimônio líquido: Representado por contas que afetem o resultado do patrimônio da empresa e por contas de capital próprio, nelas estão as contas de capital social, lucro do exercício, prejuízos acumulados, dentre outras contas patrimoniais.

A estrutura do plano de contas deve ser em “árvore” com níveis e subníveis como mostra a ilustração abaixo:

1. Ativo

1.1 Ativo Circulante

1.1.1 Disponibilidades

1.1.1.1 Caixa

1.1.1.2 Banco

Os Centros de Custos são uma maneira de separar a empresa em vários setores, cada um deles com uma parcela de responsabilidades operacionais, financeiras e econômicas. Todos os centros de custos juntos representam a empresa inteira, mas cada um possui independência quando comparado com o outro.

Os Centros de Custos também podem ser entendidos como uma unidade dentro de uma empresa que pode representar, por exemplo, um projeto ou departamento da empresa. Os centros de custos podem ser considerados maneiras eficientes de agrupar receitas e despesas, propiciando um melhor conhecimento e análise das partes do negócio.

Essas unidades servem para deixar os diversos setores de uma empresa com mais autonomia, os pequenos setores serão responsáveis tanto pela geração de receitas quanto pela aplicação dos recursos em despesas, por isso, a denominação de Centro de Custo. Os Centros de Custo facilitam a análise do negócio, ao dividir a empresa em departamentos, sendo possível perceber de maneira detalhada o quanto é investido e desembolsado em cada setor. A contabilidade feita através dos Centros de Custos realiza a segmentação da empresa em departamentos, setores ou atividades, criando

assim os centros de despesas, que ajudam os gestores a contabilizar e controlar os gastos. Por meio dessa análise, desmembraram-se os resultados da empresa, de modo a analisá-los individualmente e compará-los com os das demais áreas. Baseando-se nos demonstrativos e resultados contábeis fornecidos pelos centros de custos, é possível tratar melhor a gestão do orçamento, entre previsto e realizado.

PLANO DE CONTAS CIA HERING

SINTÉTICA	ANALÍTICA	TÍTULO
1		ATIVO
1.1		CIRCULANTE
1.1.1		Caixa e Equivalentes de Caixa
1.1.2		Aplicações Financeiras
	1.1.2.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado
	1.1.2.01.01	Títulos para Negociação
	1.1.2.01.02	Títulos Designados a Valor Justo
	1.1.2.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes
	1.1.2.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado

1.1.3		Contas a Receber
	1.1.3.01	Clientes
	1.1.3.02	Outras Contas a Receber
	1.1.3.02.01	Outras Contas a Receber
	1.1.3.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos
1.1.4		Estoques
1.1.5		Ativos Biológicos
1.1.6		Tributos a Recuperar
	1.1.6.01	Tributos Correntes a Recuperar
1.1.7		Despesas Antecipadas
1.1.8		Outros Ativos Circulantes
	1.1.8.01	Ativos Não-Correntes a Venda
	1.1.8.02	Ativos de Operações Descontinuadas
	1.1.8.03	Outros
1.2		NÃO-CIRCULANTE
1.2.1		Ativo Realizável a Longo Prazo

	1.2.1.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado
	1.2.1.01.01	Títulos Designados a Valor Justo
	1.2.1.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes
	1.2.1.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado
	1.2.1.03.01	Títulos Mantidos até Vencimento
	1.2.1.04	Contas a Receber
	1.2.1.04.01	Clientes
	1.2.1.04.02	Outras Contas a Receber
	1.2.1.05	Estoques
	1.2.1.06	Ativos Biológicos
	1.2.1.07	Tributos Diferidos
	1.2.1.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
	1.2.8.01	Despesas Antecipadas
	1.2.1.09	Créditos com Partes Relacionadas
	1.2.1.09.01	Créditos com Coligadas

	1.2.1.09.03	Créditos com Outras Partes Relacionadas
	1.2.1.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas
	1.2.1.10	Outros Ativos Não Circulantes
	1.2.1.10.01	Ativos Não- Correntes a Venda
	1.2.1.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas
	1.2.1.10.03	Empréstimos Compulsórios
	1.2.1.10.04	Impostos a Recuperar
	1.2.1.10.05	Ativo de Direito de Uso
1.2.2		Investimentos
	1.2.2.01	Participações Societárias
	1.2.2.01.01	Participações em Coligadas
	1.2.2.01.02	Participações em Controladas em Conjunto
	1.2.2.01.03	Outros Investimentos
	1.2.2.02	Propriedades para Investimentos
1.2.3		Imobilizado
	1.2.3.01	Imobilizado em Operação
	1.2.3.02	Direito de Uso em Arrendamento

	1.2.3.03	Imobilizado em Andamento
1.2.4		Intangível
	1.2.4.01	Intangíveis
	1.2.4.01.01	Contrato de Concessão
	1.2.4.01.02	Intangíveis
	1.2.4.02	Goodwill
2		PASSIVO
2.1		CIRCULANTE
2.1.1		Obrigações Sociais Trabalhistas
	2.1.1.01	Obrigações Sociais
	2.1.1.02	Obrigações Trabalhistas
2.1.2		Fornecedores
	2.1.2.01	Fornecedores Nacionais
	2.1.2.02	Fornecedores Estrangeiros
2.1.3		Obrigações Fiscais
	2.1.3.01	Obrigações Fiscais Federais

	2.1.3.01.01	Impostos de Renda e Contribuição Social a Pagar
	2.1.3.01.02	Pis e Cofins a Recolher
	2.1.3.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher
	2.1.3.01.04	Outros
	2.1.3.02	Obrigações Fiscais Estaduais
	2.1.3.03	Obrigações Fiscais Municipais
2.1.4		Empréstimos e Financiamentos
	2.1.4.01	Empréstimos e Financiamentos
	2.1.4.01.01	Em Moeda Nacional
	2.1.4.01.02	Em Moeda Estrangeira
	2.1.4.02	Debêntures
	2.1.4.03	Financiamento por Arrendamento
	2.1.4.03.01	Passivo de arrendamento
2.1.5		Outras Obrigações
	2.1.5.01	Passivos com Partes Relacionadas
	2.1.5.01.01	Débitos com Coligadas

	2.1.5.01.02	Débitos com Controladores
	2.1.5.01.03	Débitos com Outras Partes Relacionadas
	2.1.5.02	Outros
	2.1.5.02.01	Dividendos e JCP a Pagar
	2.1.5.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar
	2.1.5.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações
	2.1.5.02.04	Obrigações por Incentivos Fiscais
	2.1.5.02.05	Parcelamentos Tributários e Previdenciários
	2.1.5.02.06	Outras Contas a Pagar
	2.1.5.02.07	Instrumentos Financeiros Derivados
2.1.6		Provisões
	2.1.6.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis
	2.1.6.01.01	Provisões Fiscais
	2.1.6.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas
	2.1.6.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados
	2.1.6.01.04	Provisões Cíveis

	2.1.6.02	Outras Provisões
	2.1.6.02.01	Provisões para Garantias
	2.1.6.02.02	Provisões para Reestruturação
	2.1.6.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação
	2.1.6.02.04	Provisões para Despesas Comerciais
	2.1.6.02.05	Provisões para Despesas Administrativas
	2.1.6.02.06	Provisões para Participação nos Resultados
2.1.7		Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados
	2.1.7.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda
	2.1.7.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas
2.2		NÃO CIRCULANTE
2.2.1		Empréstimos e Financiamentos
	2.2.1.01	Empréstimos e Financiamentos
	2.2.1.01.01	Em Moeda Nacional
	2.2.1.01.02	Em Moeda Estrangeira

	2.2.1.02	Debêntures
	2.2.1.03	Financiamento por Arrendamento
	2.2.1.03.01	Passivo de Arrendamento
2.2.2		Outras Obrigações
	2.2.2.01	Passivos com Partes Relacionadas
	2.2.2.01.01	Débitos com Coligadas
	2.2.2.01.02	Débitos com Controladas
	2.2.2.01.03	Débitos com Outras Partes Relacionadas
	2.2.2.02	Outros
	2.2.2.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações
	2.2.2.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
	2.2.2.02.03	Obrigações por Incentivos Fiscais
	2.2.2.02.04	Parcelamentos Tributários e Previdenciários
	2.2.2.02.05	Obrigações Fiscais Federais
	2.2.2.02.06	Passivo a Descoberto
	2.2.2.02.07	Benefícios a Empregados

	2.2.2.02.08	Outras Contas a Pagar
2.2.3		Tributos Diferidos
	2.2.3.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos
2.2.4		Provisões
	2.2.4.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis
	2.2.4.01.01	Provisões Fiscais
	2.2.4.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas
	2.2.4.01.03	Provisões para Benefícios e Empregados
	2.2.4.01.04	Provisões Cíveis
	2.2.4.02	Outras Provisões
	2.2.4.02.01	Provisões para Garantias
	2.2.4.02.02	Provisões para Reestruturação
	2.2.4.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação
	2.2.4.02.04	Provisões para Despesas Administrativas
2.2.5		Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados

	2.2.5.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda
	2.2.5.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas
2.2.6		Lucros e receitas a Apropriar
	2.2.6.01	Lucros a Apropriar
	2.2.6.02	Receitas a Apropriar
	2.2.6.03	Subvenções de investimento a Apropriar
2.3		Patrimônio Líquido Consolidado
2.3.1		Capital Social Realizado
2.3.2		Reservas de Capital
	2.3.2.01	Ágio na Emissão de Ações
	2.3.2.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação
	2.3.2.03	Alienação de Bônus de Subscrição
	2.3.2.04	Opções Outorgadas
	2.3.2.05	Ações em Tesouraria
	2.3.2.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
	2.3.2.07	Plano de Opções para Ações

2.3.3		Reservas de Reavaliação
2.3.4		Reservas de Lucro
	2.3.4.01	Reserva Legal
	2.3.4.02	Reserva Estatutária
	2.3.4.03	Reserva para Contingências
	2.3.4.04	Reserva de Lucros a Realizar
	2.3.4.05	Reserva de Retenção de Lucros
	2.3.4.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos
	2.3.4.07	Reserva de Incentivos Fiscais
	2.3.4.08	Dividendo Adicional Proposto
	2.3.4.09	Ações em Tesouraria
	2.3.4.10	Outras Reservas de Lucros
2.3.5		Lucros/Prejuízos Acumulados
2.3.6		Ajuste de Avaliação Patrimonial
	2.3.6.01	Correção Monetária de Ativos Próprios
	2.3.6.02	Resultado do Exercício

	2.3.6.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial
2.3.7		Ajuste Acumulados de Conversão
2.3.8		Outros Resultados Abrangentes
	2.3.8.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial – Instrumentos Financeiros Hedge Accounting
2.3.9		Participação dos Acionistas Não Controladores
3		DESPESAS
3.1		Receita de Venda de Bens e/ou Serviços
3.2		Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos
3.3		Resultado Bruto
3.4		Despesas/Receitas Operacionais
3.4.1		Despesas com Vendas
	3.4.2	Despesas Gerais e Administrativas

	3.4.2.01	Remuneração dos Administradores
	3.4.2.02	Gerais e Administrativas
	3.4.2.03	Depreciação e Amortização
	3.4.3	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos
	3.4.4	Outras Receitas Operacionais
	3.4.5	Outras Despesas Operacionais
	3.4.5.01	Participação no Resultado
	3.4.5.02	Outras Despesas Operacionais
	3.4.6	Resultado de Equivalência Patrimonial
	3.5	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos
	3.6	Resultado Financeiro

	3.6.1	Receitas Financeiras
	3.6.1.01	Receitas Financeiras
	3.6.1.02	Resultado c/Instrumentos Financeiros Derivativos
	3.6.1.03	Variação Cambial Ativa
	3.6.2	Despesas Financeiras
	3.6.2.01	Despesas Financeiras
	3.6.2.02	Resultado c/Instrumentos Financeiros Derivativos
	3.6.2.03	Variação Cambial Passiva
3.7		Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro
3.8		Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	3.8.1	Corrente
	3.8.2	Diferido
3.9		Resultado Líquido das Operações Continuadas
3.10		Resultado Líquido de Operações Descontinuadas
	3.10.1	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas
	3.10.2	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas
3.11		Lucro/Prejuízo Consolidado do Período
	3.11.1	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora
	3.11.2	Atribuído a Sócios Não Controladores
3.99		Lucro por Ação - (Reais / Ação)

	3.99.1	Lucro Básico por Ação
	3.99.1.01	ON
	3.99.2	Lucro Diluído por Ação
	3.99.2.01	ON
4		RECEITAS
4.1		Receitas
	4.1.1	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços
	4.1.2	Outras Receitas
	4.1.2.01	Resultados não operacionais
	4.1.3	Receitas referentes à Construção de Ativos Próprios

	4.1.4	Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa
4.2		Insumos Adquiridos de Terceiros
	4.2.1	Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos
	4.2.2	Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros
	4.2.3	Perda/Recuperação de Valores Ativos
	4.2.4	Outros
	4.2.4.01	Matérias-primas consumidas
4.3		Valor Adicionado Bruto
4.4		Retenções
	4.4.1	Depreciação, Amortização e Exaustão

	4.4.2	Outras
4.5		Valor Adicionado Líquido Produzido
4.6		Valor Adicionado Recebido em Transferência
	4.6.1	Resultado de Equivalência Patrimonial
	4.6.2	Receitas Financeiras
	4.6.3	Outros
4.7		Valor Adicionado Total a Distribuir
4.8		Distribuição do Valor Adicionado
	4.8.1	Pessoal
	4.8.1.01	Remuneração Direta
	4.8.1.02	Benefícios

	4.8.1.03	F.G.T.S.
	4.8.1.04	Outros
	4.8.2	Impostos, Taxas e Contribuições
	4.8.2.01	Federais
	4.8.2.02	Estaduais
	4.8.2.03	Municipais
	4.8.3	Remuneração de Capitais de Terceiros
	4.8.3.01	Juros
	4.8.3.02	Aluguéis
	4.8.3.03	Outras
	4.8.4	Remuneração de Capitais Próprios
	4.8.4.01	Juros sobre o Capital Próprio

	4.8.4.02	Dividendos
	4.8.4.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período
	4.8.4.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos
	4.8.5	Outros

2.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

Suponhamos que a empresa **Cia. Hering**, realize a compra de um produto por R\$1.000,00, onde nesse produto incida os impostos como IPI com alíquota de 10% e o ICMS com alíquota de 18%. As contabilizações seriam demonstradas como segue:

Produto: R\$ 1.000,00
 IPI: R\$ 100,00
 Total: R\$ 1.100,00

Sendo:

D: IPI a Recuperar R\$ 100,00
 D: ICMS a Recuperar R\$ 180,00
 D: Estoque R\$ 820,00
 C: Caixa : R\$ 1.100,00

Quando a empresa **Cia. Hering**, vender esse produto por R\$ 1.500,00, incidindo IPI com alíquota de 10% e ICMS com alíquota de 18%, a contabilização será:

Produto: R\$ 1.500,00
IPI: R\$ 150,00
Total: R\$ 1.650,00

Sendo:

D: Caixa R\$ 1.650,00
C: Vendas R\$ 1.500,00
C: IPI a Recolher R\$ 150,00

D: ICMS sobre Venda R\$ 270,00
C: ICMS a Recolher R\$ 270,00

Operações Financeiras

· Aplicações:

Objetivo: Gerar mais recursos.

Critério: Número de dias em que o dinheiro está disponível.

Exemplos: Letras de Câmbio; Depósitos a prazo fixo; Certificado de Depósito Bancário – CDB.

· Financiamento ou Empréstimo

Objetivo: Financiar atividades da empresa.

Critério: Cobrança de acordo com o prazo e o tipo.

Exemplos: Empréstimos com juros prefixados ou com juros pós-fixados; Descontos de duplicatas; Descontos financeiros.

Operações Financeiras são operações realizadas pelas empresas com o objetivo de gerar recursos financeiros (dinheiro).

Possuem diversas modalidades destacando-se:

- Aplicações Financeiras
- Empréstimos Bancários
- Operações com Duplicatas
- Factoring

As aplicações financeiras dividem em três grupos:

- Aplicações de Liquidez Imediata - Correspondem, geralmente, a compras de títulos do governo, como, por exemplo, letras e bônus. Tais títulos têm liquidez imediata porque a empresa pode resgatar o valor aplicado mais os rendimentos no dia em que desejar. Os rendimentos correspondem à inflação ocorrida no período em que o dinheiro permaneceu aplicado, sendo geralmente baseada na variação dos títulos do governo.

- Aplicações com Rendimentos Prefixados - A empresa fica sabendo, no dia da aplicação, o valor dos seus rendimentos, que correspondem à correção monetária prefixada mais juros.

- Aplicações com Rendimentos Pós-Fixados - A empresa somente fica sabendo quanto ganhou com a operação no dia de seu resgate.

Podemos notar que a Cia Hering possui:

Títulos Mantidos até o Vencimento R\$ 5.194,00;

Os empréstimos bancários dividem-se em 2 grupos:

- Empréstimos com Correção Monetária Prefixada - A empresa sabe, no dia da transação, qual o montante dos encargos referentes à correção monetária incidente sobre a operação.

- Empréstimos com Correção Monetária Pós-Fixada - A empresa somente sabe qual o montante dos encargos referentes à correção monetária incidente sobre a operação no dia do vencimento.

Podemos notar que a Cia Hering possui:

Empréstimos e Financiamentos R\$ 207.967,00.

Financiamento por Arrendamento R\$ 22.753,00.

As Operações com Duplicatas dividem-se em 3 grupos:

- Cobrança Simples de Duplicatas - Consiste na remessa de títulos aos bancos, os quais prestam serviços à empresa, cobrando-os dos respectivos devedores. A empresa transfere a posse dos títulos aos bancos, porém a propriedade continua sendo da empresa. Para remeter os títulos ao banco, a empresa os relaciona através de um borderô, ao qual anexará os respectivos títulos.

- Desconto de Duplicatas - Consiste na transferência dos títulos ao banco, mediante endosso. A empresa transfere ao banco o direito de recebimento dos títulos. O valor do desconto é determinado em função do número de dias que faltam para que os títulos sejam liquidados. A empresa endossante é responsável, coobrigada pela liquidação dos títulos descontados. Assim sendo, a responsabilidade da empresa somente desaparece quando do pagamento do título pelo devedor. A operação é semelhante à cobrança simples, no que diz respeito à remessa dos títulos. A empresa transfere a posse e a propriedade dos títulos ao banco. A empresa endossante desconta títulos e recebe do banco o valor nominal (constante dos títulos), suportando os juros correspondentes ao prazo que falta para o vencimento dos títulos negociados.

O desconto de duplicatas permite à empresa obter recursos nas instituições financeiras. Trata-se de uma operação financeira de curto prazo, sendo necessário, para sua execução, a realização de vendas a prazo com duplicatas. O banco efetua desconto, mediante aplicação de uma taxa sobre o valor de face do título. Supondo que a **Cia. Hering**, queira obter recursos, descontando duplicatas no valor R\$ 60.000,00 vencíveis em 30, 60, 90 com juros bancários e despesas de R\$ 9.000,00. Então:

Contabilização do desconto da Duplicata, seria:

D: Bancos (AC - Disponibilidades) - R\$ 60.000,00

C: Empréstimos a Pagar - Duplicatas Descontadas (PC) - R\$ 60.000,00.

Contabilização dos Juros a Apropriar:

D: Juros a Apropriar (Conta redutora do PC) - R\$ 9.000,00

C: Banco (AC - Disponibilidades) - R\$ 9.000,00

Contabilização Encargos Financeiros

D: Despesas Financeiras (CR) - R\$ 3.000,00

C: Juros a Apropriar (Conta redutora PC) - R\$ 3.000,00

Quando a empresa **Cia. Hering**, quitar o empréstimo, será contabilizado a baixa dessa liquidação da seguinte forma:

D: Empréstimos a Pagar – Desconto de Duplicatas (PC) R\$ 20.000,00

C : Clientes (AC– Contas a receber) R\$ 20.000,00

- Caução de Duplicatas -Operação de empréstimo que a empresa efetua junto a um banco, na qual o banco exige que a beneficiada lhe entregue títulos em garantia. O valor dos títulos caucionados é sempre superior ao valor liberado. O banco poderá exigir a emissão de uma nota promissória no valor total do empréstimo. É lavrado um contrato entre a empresa e o banco, onde ficam estabelecidos, pelo menos:

1. o valor do numerário que a empresa terá direito por um determinado período;
 2. o valor de títulos que a empresa oferecerá ao banco, em cobrança caucionada, que, ao mesmo tempo em que representa a garantia da dívida assumida, é o termômetro para liberação do total do empréstimo;
 3. o percentual que poderá sacar, o qual fica entre 70% e 80% dos títulos caucionados;
 4. os encargos da empresa em relação ao contrato e aos títulos caucionados
- A empresa transfere a posse e a propriedade dos títulos ao banco.

Factoring

Factoring são pessoas jurídicas de fomento comercial, de prestação cumulativa e contínua de serviços, tais como:

- de assessoria creditícia e mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a receber e a pagar;
- compra de direitos creditórios resultantes de vendas e bens a prazo ou de prestação de serviços; está, na prática é a principal atividade da factoring, que paga pelos títulos representativos de tais direitos um valor menor que seu valor de face, ou seja, adquire-os com deságio.

O que diferencia a operação de factoring da operação de desconto bancário, é que a primeira compra o título sem direito de regresso, em função disso, o deságio

cobrado pela factoring costuma ser maior que o desconto bancário, uma vez que ela assume integralmente o risco do crédito

A contabilização da Folha de Pagamento é essencial pois além de ser um relatório obrigatório, o qual deve ser elaborado mensalmente devendo seguir o Regulamento da Previdência Social (Decreto n. 3.048/99- Art. 225), também é um direito do colaborador, onde a empresa além de outras obrigações acessórias é obrigada a:

I - preparar folha de pagamento da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devendo manter, em cada estabelecimento, uma via da respectiva folha e recibos de pagamentos;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhidos e

III - prestar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Secretaria da Receita Federal todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de interesse dos mesmos, na forma por eles estabelecida, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.

Os dados dos empregados são lançados no livro de registro dos empregados, que, apesar de ser um livro de responsabilidade da Contabilidade, é preenchido pelo Departamento Pessoal. Em sequência, o DP fica responsável pela elaboração de todos os cálculos referentes à Remuneração (salários, férias, 13º) e, através da Folha de Pagamento, a Contabilidade realiza os Lançamentos para fazerem parte das Demonstrações Contábeis. A folha de pagamento de uma empresa é composta pelos seguintes elementos:

- Nome dos Empregados,
- Cargo, função ou serviço prestado,
- Valor bruto de salários, demais itens da remuneração.
- Descontos,
- Valor líquido a receber

Proventos

<u>Salário</u>	<u>Adicionais:</u> noturno, transferência, insalubridade, periculosidade e etc.	<u>Horas Extras</u>	<u>Salário Família</u>	<u>Outros</u>
----------------	--	---------------------	------------------------	---------------

Descontos

<u>INSS e</u> <u>IRRF</u>	<u>Atrasos</u>	<u>Faltas</u>	<u>Contribuição</u> <u>Sindical</u>	<u>Vale</u> <u>Transporte</u>	<u>Outros</u>
------------------------------	----------------	---------------	--	----------------------------------	---------------

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade, para a contabilização das provisões, adotamos as seguintes nomenclaturas para as Contas de Provisões:

- Férias a Pagar
- INSS sobre Férias a Pagar
- PIS sobre Férias a Pagar
- FGTS sobre Férias a Pagar
- 13° Salário a Pagar
- INSS sobre 13° Salário a Pagar
- PIS sobre 13° Salário a Pagar
- FGTS sobre 13° Salário a Pagar

Porém na maioria dos casos as empresas utilizam a nomenclatura abaixo:

- Provisão de Férias

- INSS sobre Provisão de Férias
- PIS sobre Provisão de Férias
- FGTS sobre Provisão de Férias
- Provisão de 13º Salário
- INSS sobre Provisão de 13º Salário
- PIS sobre Provisão de 13º Salário
- FGTS sobre Provisão de 13º Salário

Suponhamos que um funcionário da empresa Cia Hering recebeu em dezembro 2020 R\$ 2.800,00 de salário bruto então iremos contabilizar da seguinte maneira:

31/12 – Contabilizar as provisões:

a) Folha de Pagamento dezembro:

1. Salário Bruto = R\$ 2.800,00

2. Desconto INSS do funcionário (11%)

3. INSS Patronal (26,8%)

4. FGTS (8%)

D: Custo/Despesa com Salário (DRE) = 2.800,00

C: Salários a pagar (Passivo Circulante) = 2.800,00

D: Salários a pagar (Passivo Circulante) = 308,00

C: INSS a Recolher (Passivo Circulante) = 308,00

D: Custo/Despesa com INSS Patronal (DRE) = 750,40

C: INSS a Recolher (Passivo Circulante) = 750,40

D: Custo/Despesa com FGTS (DRE) = 224,00

C: FGTS a Recolher (Passivo Circulante) = 224,00

D - Despesa com Provisão de férias = $[1/12 \text{ R\$ } 2800,0] = 233,33$

C - Provisão de férias (Passivo) = 233,33

D- Despesa com Provisão 1/3 de férias = $[233,33 / 3] = 77,77$

C - Provisão de férias (Passivo) = 77,77

D - Despesa com Provisão INSS Patronal sobre férias = $[233,33 + 77,77 * 26,8\%] = 83,38$

C - Provisão de INSS s/ férias (Passivo) = 83,38

D - Despesa com Provisão FGTS sobre férias = $[233,33 + 77,77 * 8\%] = 24,89$

C - Provisão de FGTS s/ férias (Passivo) = 24,89.

As Provisões são efetuadas com o objetivo de apropriar o resultado de um período de apuração, segundo o regime de Competência, pois os custos de férias e de 13º Salário são devidos no mês ocorrido, logo equivale a 1/12 avos a cada mês trabalhado.

Depois de feito todos os cálculos e lançamentos pelo departamento pessoal, na Contabilidade as provisões de Folha de Pagamento serão lançados conforme:

1. Apropriação da Folha de Pagamento

(Salário + Hora Extra + DSR + Salário Família – Faltas – Vale Transporte)

D – Salários (Despesa)

C – Salários a pagar (Passivo Circulante)

2. Registro das retenções sobre os salários dos empregados:

D – Salários a pagar (Passivo Circulante)

C – INSS a recolher (Passivo Circulante)

C – IRRF a recolher (Passivo Circulante)

3. Contribuição da Previdência parte empresa:

D – Encargos sociais (Despesa)

C – INSS a recolher (Passivo Circulante)

C – FGTS a recolher (Passivo Circulante)

Primeiramente é realizada a apropriação da Folha de Pagamento, a fim de cumprir o princípio da competência, pois os salários integram a despesa de um mês, mas o pagamento é feito no mês seguinte. Ao chegar o próximo mês, é feita a baixa nas contas do passivo circulante através do pagamento em caixa.

1. Pagamentos aos empregados em dinheiro:

D – Salários a pagar (Passivo Circulante)

C – Caixa (Ativo Circulante)

2. Recolhimento dos encargos:

D – INSS a recolher (Passivo Circulante)

D – FGTS a recolher (Passivo Circulante)

C – Caixa (Ativo Circulante)

3. Recolhimento do IRRF

D – IRRF a Recolher (Passivo Circulante)

C – Caixa (Ativo Circulante)

A Provisão do 13º salário Contabilmente é feita:

1º Lançamento mensal da provisão do 13º:

D - 13º SALÁRIO (Despesa)

C - PROVISÃO 13º SALÁRIO (Passivo Circulante)

2º Lançamento mensal da provisão dos encargos

D - ENCARGOS 13º SALÁRIO (Despesa)

C - PROVISÃO ENCARGOS 13º SALÁRIO (Passivo Circulante)

Para administrar uma empresa, é necessário que todas as áreas se mantenham integradas e trabalhem para a prosperidade do negócio. A organização e o controle também são fundamentais e uma folha de pagamento feita corretamente é indispensável, visto que o monitoramento de todos os pagamentos e descontos evita que a empresa sofra com processos trabalhistas.

3. CONCLUSÃO

Concluimos que ter um Plano de Contas é extremamente importante para a empresa, já que ele possibilita uma gestão eficiente.

Com a elaboração de um Plano de Contas é possível direcionar os gastos e as receitas, atuando com a apresentação de indicadores de desempenho financeiro, essenciais para a saúde e a sustentabilidade do negócio. Sendo o balanço patrimonial e a DRE (demonstração do resultado do Exercício) imprescindíveis para decisões e planejamentos.

O Plano de Contas pode ser compreendido como alicerce que baseará as ações de gestão, apresentado através das demonstrações contábeis. Ele deve ser bem estruturado e fidedigno em cada etapa. Além disso, o Plano de Contas facilita o ajuste da empresa às exigências externas relacionadas às legislações de impostos.

Percebemos que, as contas elencadas no Plano de Contas, são as contas que serão tomadas como base para elaboração do no Balanço Patrimonial, na Demonstração de Resultados do Exercícios (a DRE) que são relatórios financeiros obrigatórios. Dessa forma, os gestores financeiros e administrativos tem uma visão ampla da origem e do destino de cada operação realizada.

Por fim, na elaboração deste presente relatório, observamos que o controle financeiro de uma empresa é primordial para seu funcionamento e crescimento. Administrar uma empresa não é tarefa fácil, pois são diversas informações administrativas e contábeis que precisam ser consideradas. Na elaboração deste Projeto Integrado, aprendemos na prática, que o Plano de Contas é imprescindível em uma empresa. Baseando-se no Plano de Contas, uma ferramenta Contábil, é possível ter o rigoroso acompanhamento e controle das entradas e saídas e obrigações da entidade,

promovendo uma melhor gestão financeira, padronizando os seus serviços, alcançando metas e controlando o caixa. O Plano de Contas é uma ferramenta de controle das informações financeiras da entidade que traz muitas vantagens para a empresa, desde a otimização dos processos até a facilitação de entendimento dos dados.

REFERÊNCIAS

A importância de elaborar um plano de contas para sua empresa, Finer, 2021. Disponível em:

<https://www.finer.com.br/blog/a-importancia-de-elaborar-um-plano-de-contas-para-a-sua-empresa/#:~:text=A%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20plano,e%20a%20sustentabilidade%20do%20neg%C3%B3cio>. Acesso em 14 de maio de 2021.

Avaliação de investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), Inesul, 2021. Disponível em:

https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1344399485.pdf. Acesso em 10 de maio de 2021.

Avaliação dos investimentos mediante o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), Sagah Educação, Unifeob, 2021. Disponível em:

<https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/1661630>. Acesso em 10 de maio de 2021.

Cia Hering HGTX3, Investsite, 2021. Disponível em:

https://www.investsite.com.br/principais_indicadores.php?cod_negociacao=HGTX3.

Acesso em 11 de maio de 2021.

Cia Hering, Bmfbovespa, 2021. Disponível em:

<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=14761&idioma=pt-br>. Acesso em 11 de maio de 2021.

Consolidação das Demonstrações Contábeis (CPC 36), Gecompany, 2021. Disponível em:

<http://www.gecompany.com.br/educacional/consolidacao-das-demonstracoes-contabeis>.

Acesso em 10 de maio de 2021.

Consolidação das Demonstrações Contábeis, Sagah Educação, Unifeob, 2021. Disponível em : <https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/2453338>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Crítérios de Avaliação do Ativo e do Passivo, Algosobre, 2021. Disponível em: <https://www.algosobre.com.br/contabilidade-geral/criterios-de-avaliacao-do-ativo-e-do-passivo.html>. Acesso em 11 de maio de 2021.

Crítérios de avaliação do ativo, Unifeob, 2021. Disponível em: <https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/2511958>. Acesso em 17 de maio de 2021.

Desconto de duplicatas - Contabilização, Portal de Contabilidade, 2021. Disponível em: Entenda a forma de contabilização de provisões e encargos, Metadados, 2021. Disponível em: <https://suporte.metadados.com.br/hc/pt-br/articles/360006981952-Entenda-a-Forma-de-Contabiliza%C3%A7%C3%A3o-de-Provis%C3%B5es-e-Encargos#:~:text=As%20Provis%C3%B5es%20s%C3%A3o%20efetuadas%20com,avos%20a%20cada%20m%C3%AAs%20trabalhado>. Acesso em 13 de maio de 2021.

Equivalência Patrimonial, Portal de Contabilidade, 2021. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/equivalenciapatrimonial.htm>. Acesso em 10 de maio de 2021.

Escrituração dos Fatos Administrativos,SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2016 Unifeob, 2021. Disponível em: <https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/4516004>
Faria, Ramon A C. Laboratório Contábil,SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2016 - Disponível, Unifeob <https://unifeob.grupoa.education/sagah/object/default/4516921> . Acesso em 11 de maio de 2021.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/descontoduplicatas.htm#:~:text=O%20desconto%20de%20duplicatas%20%C3%A9,conta%20corrente%2C%20cobrando%20juros%20antecipadamente>. Acesso em 13 de maio de 2021.

Lançamento contábeis de provisão - Folha de pagamento, Contábeis, 2021. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/forum/contabilidade/335580/lançamento-contabeis-de-provisao-folha-de-pagamento/>. Acesso em 13 de maio de 2021.

Livro: Alves, Aline. Teoria da Contabilidade, Porto Alegre: Sagah Educação, 2017.

Operações Financeiras, Algo Sobre, 2021. Disponível em: [https://www.algosobre.com.br/contabilidade-geral/operacoes-financeiras.html#:~:text=1.1%20CONCEITO-,S%C3%A3o%20opera%C3%A7%C3%B5es%20realizadas%20pelas%20empresas%20com%20o,gerar%20recursos%20financeiros%20\(dinheiro\).&text=S%C3%A3o%20diversas%20as%20modalidades%20das,Empr%C3%A9stimos%20Banc%C3%A1rios](https://www.algosobre.com.br/contabilidade-geral/operacoes-financeiras.html#:~:text=1.1%20CONCEITO-,S%C3%A3o%20opera%C3%A7%C3%B5es%20realizadas%20pelas%20empresas%20com%20o,gerar%20recursos%20financeiros%20(dinheiro).&text=S%C3%A3o%20diversas%20as%20modalidades%20das,Empr%C3%A9stimos%20Banc%C3%A1rios). Acesso em 13 de maio de 2021.

Princípios Contábeis, disponível em <https://www.contabeis.com.br/artigos/5308/os-principios-contabeis-aplicados-ao-dia-a-dia-da-empresa>. Acesso 11 de maio 2021.

Zanluca, Júlio C. Como elaborar um plano de contas contábil, Portal de Contabilidade, 2021. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/planodecontas.htm>. Acesso em 12 de maio de 2021.

Importância da Contabilização da Folha de Pagamento, disponível em <https://www.jornalcontabil.com.br/contabilizacao-da-folha-de-pagamento-saiba-como-fazer-2>. Acesso 19 de maio de 2021.

Como contabilizar a Folha de Pagamento, disponível em <https://blog.convenia.com.br/contabilizar-a-folha-de-pagamento/>. Acesso 19 de maio de 2021.

Folha de Pagamento, disponível em <https://www.contabeis.com.br/artigos/5433/folha-de-pagamento-conheca-os-procedimentos-para-contabilizar/>. Acesso 19 de maio de 2021.

Divulgação dos Resultados Cis Hering, disponível em <https://ri.ciahering.com.br/informacoes-financeiras/divulgacao-de-resultados/> e <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/5532dc5b-7c76-4c5e-bb49-01cf77b7dac1/39cb21d7-ee65-efa7-58a5-9c3a9a1ec7c0?origin=1>. Acesso 19 de maio de 2021.

ANEXOS

https://www.investsite.com.br/balanco_patrimonial_ativo.php?cod_negociacao=HGTX3
CIA HERING - BPA - 20210331

Balanco Patrimonial - Ativo - Consolidado (R\$ mil)	31/03/2021	% total	31/12/2020	% total
Ativo Total	2.227.504	100,00%	2.340.605	100,00%
Ativo Circulante	1.303.275	58,51%	1.429.280	61,06%
Caixa e Equivalentes de Caixa	360.945	16,20%	467.842	19,99%
Aplicações Financeiras	0	-	0	-
Contas a Receber	338.252	15,19%	443.894	18,96%
Estoques	444.705	19,96%	373.266	15,95%
Ativos Biológicos	0	-	0	-
Tributos a Recuperar	155.947	7,00%	140.224	5,99%
Despesas Antecipadas	3.426	0,15%	4.054	0,17%
Outros Ativos Circulantes	0	-	0	-
Ativo Não Circulante	924.229	41,49%	911.325	38,94%
Ativo Realizável a Longo Prazo	560.925	25,18%	541.085	23,12%
Investimentos	0	-	0	-
Imobilizado	264.628	11,88%	271.383	11,59%
Intangível	98.676	4,43%	98.857	4,22%

https://www.investsite.com.br/balanco_patrimonial_passivo.php?cod_negociacao=HGTX3
CIA HERING - BPP - 20210331

Balanco Patrimonial - Passivo - Consolidado (R\$ mil)	31/03/2021	% total	31/12/2020	% total
Passivo Total	2.227.504	100,00%	2.340.605	100,00%
Passivo Circulante	500.907	22,49%	634.068	27,09%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	39.638	1,78%	35.572	1,52%
Fornecedores	284.738	12,78%	259.701	11,10%
Obrigações Fiscais	7.738	0,35%	29.639	1,27%
Empréstimos e Financiamentos	105.089	4,72%	230.720	9,86%
Outras Obrigações	27.447	1,23%	27.785	1,19%
Provisões	36.257	1,63%	50.651	2,16%
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	-	0	-
Passivo Não Circulante	82.789	3,72%	84.239	3,60%
Empréstimos e Financiamentos	56.577	2,54%	60.706	2,59%
Outras Obrigações	8.104	0,36%	9.643	0,41%
Tributos Diferidos	0	-	0	-
Provisões	18.108	0,81%	13.890	0,59%
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	-	0	-
Lucros e Receitas a Apropriar	0	-	0	-
Patrimônio Líquido Consolidado	1.643.808	73,80%	1.622.298	69,31%
Capital Social Realizado	381.166	17,11%	381.166	16,28%
Reservas de Capital	-17.665	-0,79%	-19.426	-0,83%
Reservas de Reavaliação	0	-	0	-
Reservas de Lucros	1.254.687	56,33%	1.254.687	53,61%
Lucros/Prejuízos Acumulados	19.807	0,89%	0	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.767	0,26%	5.817	0,25%
Ajustes Acumulados de Conversão	0	-	0	-
Outros Resultados Abrangentes	46	0,00%	54	0,00%
Participação dos Acionistas Não Controladores	0	-	0	-

https://www.investsite.com.br/demonstracao_resultado.php?cod_negociacao=HGTX3

CIA HERING - DRE - 20210331

Demonstração de Resultado do Exercício - Consolidado (R\$ mil)	01/01/2021 a 31/03/2021	% total	01/01/2020 a 31/03/2020	% total
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	285.081	100,00%	272.112	100,00%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.104	-61,42%	-162.753	-59,81%
Resultado Bruto	109.977	38,58%	109.359	40,19%
Despesas/Receitas Operacionais	-116.668	-40,92%	-120.424	-44,26%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.691	-2,35%	-11.065	-4,07%
Resultado Financeiro	24.714	8,67%	5.652	2,08%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.023	6,32%	-5.413	-1,99%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.735	0,61%	10.456	3,84%
Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.758	6,93%	5.043	1,85%
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-	0	-
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	19.758	6,93%	5.043	1,85%
Lucro por Ação - (Reais / Ação)	0,00000	-	0,00000	-

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2021 - CIA HERING

Versão : 1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	285.081	272.112
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-175.104	-162.753
3.03	Resultado Bruto	109.977	109.359
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-116.379	-119.806
3.04.01	Despesas com Vendas	-80.362	-74.247
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.007	-27.429
3.04.02.01	Remuneração dos Administradores	-2.186	-2.313
3.04.02.02	Gerais e Administrativas	-13.191	-11.473
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-13.630	-13.643
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-3.121	-8.939
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	13.717	1.590
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.709	-11.186
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	103	405
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	103	405
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.402	-10.447
3.06	Resultado Financeiro	24.425	5.034
3.06.01	Receitas Financeiras	40.528	23.911
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.103	-18.877
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.023	-5.413
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.735	10.456
3.08.02	Diferido	1.735	10.456
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.758	5.043
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.758	5.043
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1238	0,0311
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,122	0,0305

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2021 - CIA HERING

Versão : 1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	19.758	5.043
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9	-412
4.02.02	Ajuste Instrumentos financeiros - Hedge Accounting	-9	-412
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.749	4.631

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 31/03/2021	Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.209	39.649
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.134	30.158
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	19.758	5.043
6.01.01.02	IR e CS diferidos líquidos	-1.735	-10.456
6.01.01.03	Variação monetária cambial e juros	4.535	1.290
6.01.01.04	Depreciação e amortização	21.008	22.448
6.01.01.05	Resultado da baixa de ativos de direito de uso e fundo de comércio	-38	-12
6.01.01.06	Resultado na venda de ativos permanentes	1.993	8
6.01.01.07	Plano baseado em ações e plano de ações restritas	1.761	1.374
6.01.01.08	Provisão para ajuste a valor de realização de estoques	570	-26
6.01.01.09	Provisão para contingências	4.806	1.806
6.01.01.10	Benefícios a empregados	157	149
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-103	-405
6.01.01.13	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	3.121	8.939
6.01.01.14	Reversão da provisão pela não recuperabilidade de ativo imobilizado	-2.208	0
6.01.01.15	Crédito Judicial PIS e COFINS	-38.491	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.075	9.491
6.01.02.01	Contas a receber	105.141	94.831
6.01.02.02	Estoques	-72.009	-71.346
6.01.02.03	Impostos à recuperar	-14.036	-4.163
6.01.02.04	Outros ativos	-1.293	-14.096
6.01.02.05	Fornecedores	25.037	35.984
6.01.02.06	Contas a pagar e provisões	-14.492	-11.004
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-5.621	-19.415
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social	-226	-129
6.01.02.10	Juros pagos por arrendamento	-1.303	-1.171
6.01.02.11	Juros pagos por empréstimos	-8.123	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.520	-4.948
6.02.01	Aquisições de imobilizado	-1.731	-3.033
6.02.02	Aquisições de ativo intangível	-4.931	-1.915
6.02.06	Aumento de capital em controlada	-500	0
6.02.07	Aquisição de ativos de direito de uso	-2.358	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-125.823	85.859
6.03.02	Aplicações financeiras	-20	-41
6.03.03	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-138	-9
6.03.05	Pagamentos de empréstimos	-120.000	0
6.03.07	Partes relacionadas	299	468
6.03.10	Aquisição de ações para tesouraria	0	-27.602
6.03.11	Pagamento de principal - Arrendamento	-5.964	-6.957
6.03.12	Empréstimos tomados	0	120.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-107.134	120.560
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	467.431	364.423
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	360.297	484.983

ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2021 - CIA HERING

Versão : 1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Iniciais	381.166	-19.426	1.254.687	0	5.871	1.622.298
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	381.166	-19.426	1.254.687	0	5.871	1.622.298
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.761	0	0	0	1.761
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.761	0	0	0	1.761
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.758	-9	19.749
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.758	0	19.758
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-9	-9
5.05.02.06	Ajuste de Instrumentos Financeiros - Hedge Accounting	0	0	0	0	-9	-9
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	49	-49	0
5.06.04	Correção Monetária Imobilizado - Realização	0	0	0	49	-49	0
5.07	Saldo Finais	381.166	-17.665	1.254.687	19.807	5.813	1.643.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	381.166	39.929	998.325	0	6.977	1.426.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-26.228	0	0	0	-26.228
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.374	0	0	0	1.374
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-27.602	0	0	0	-27.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.043	-412	4.631
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.043	0	5.043
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-412	-412
5.05.02.06	Ajuste de Instrumentos Financeiros - Hedge Accounting	0	0	0	0	-412	-412
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	48	-48	0
5.06.04	Correção Monetária Imobilizado - Realização	0	0	0	48	-48	0
5.07	Saldos Finais	381.166	13.701	998.325	5.091	6.517	1.404.800

Estrutura do Plano de Contas

1 - ATIVO 1.1 - CIRCULANTE 1.2 - REALIZ. LONGO PRAZO 1.4 - PERMANENTE 1.9 - COMPENSADO	2 - PASSIVO 2.1 - CIRCULANTE 2.2 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO 2.3 - RES.DE EXERC.FUTUROS 2.4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2.9 - COMPENSADO
3 - DESPESA 3.3 - DESPESAS CORRENTES 3.4 - DESPESAS DE CAPITAL	4 - RECEITA 4.1 - RECEITAS CORRENTES 4.2 - RECEITAS DE CAPITAL 4.7 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇ. 4.8 - RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇ. 4.9 - *DEDUÇÕES DA RECEITA
5 - RESULTADO EXERCÍCIO (-) 5.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO 5.2 - RES.EXTRA-ORÇAMENTÁRIO 5.6 - DESPESAS E CUSTOS	6 - RESULTADO EXERCÍCIO (+) 6.1 - RESULT. ORÇAMENTÁRIO 6.2 - RES.EXTRA-ORÇAMENTÁRIO 6.3 - RESULTADO APURADO